Supremo Tribunal de Justiça
Processo nº 24899/16.0T8LSB.L1.S1

Relator: ILÍDIO SACARRÃO MARTINS

Sessão: 29 Outubro 2020

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: REVISTA

Decisão: NEGADA A REVISTA

CERTIFICADOS DE AFORRO **PRESCRIÇÃO**

INÍCIO DA PRESCRIÇÃO **TRANSMISSÃO** **MORTE**

HABILITAÇÃO DE HERDEIROS **ESCRITURA PÚBLICA**

CONHECIMENTO **SUCESSÃO DE LEIS NO TEMPO**

Sumário

I - Nos termos do artº 3º/1 do DL 172-B/86, de 30 de Junho, diploma que autoriza a emissão de certificados de aforro, diz que estes certificados são nominativos, reembolsáveis, só transmissíveis por morte e assentados apenas a pessoas singulares.

II - O termo inicial do prazo para a extinção de direitos consagrada no n.º 2 do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 172-B/86, de 30 de Junho dependia do conhecimento do óbito e da existência dos certificados de aforro.

III - Tendo a autora tido conhecimento da existência dos certificados de aforro em Junho de 2013, tendo elaborada a escritura de habilitação de herdeiros referente ao seu pai em 10.07.2013 e nesta mesma data desencadeado o pedido de reembolso dos certificados de aforro do seu pai, tendo a acção dado entrada em 12.10.2016, não ocorreu a prescrição do direito da autora.

Texto Integral

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça

I - RELATÓRIO

AA intentou acção declarativa sob a forma de processo comum contra Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, EPE, pedindo que seja reconhecida a propriedade plena dos certificados de aforro junto do IGCP, da série B e que a ré seja condenada ao reembolso dos aludidos certificados, procedendo ao pagamento à autora de € 120.669,32.

Em síntese, alegou que o pai da autora era aforrista, tendo falecido em ... de Outubro de 1996. Deixou como herdeiras a autora e a sua mãe, a qual sofria de Alzheimer e nunca deu conhecimento à autora da existência de certificados de aforro.

Apenas em Junho de 2013 a autora descobriu dentro de um cofre que a mãe tinha na Caixa Económica Montepio Geral, os certificados de aforro titulados pelo seu pai.

A mãe da autora faleceu no dia ... de Maio de 2015, sendo a autora a sua única herdeira.

A autora dirigiu em nome de sua mãe, incapaz, um pedido aos serviços da ré, de modo a proceder ao pedido de reembolso dos aludidos certificados de aforro, pretensão que lhe foi negada com a invocação que a pretensão se encontrava *“fora do prazo estabelecido legalmente para o efeito - cinco anos após o óbito do titular”*.

Foi, contudo, concedido à mãe da autora um direito à sua meação e considerada a outra parte prescrita.

Os certificados de aforro apenas foram descobertos em Junho de 2013, não podendo a autora, única herdeira de seu pai, exercer um direito que desconhecia, pelo que não ocorreu a prescrição.

A ré contestou e excepcionou a prescrição do direito invocado pela autora, referindo que in casu, se aplica o prazo prescricional de 5 anos, uma vez que o óbito ocorreu em data anterior a 04.05.1997- antes da entrada em vigor do DL nº 122/2002, de 4 de Maio, que veio prolongar o prazo de prescrição para 10 anos.

O pedido da ré do reembolso dos CA do aforrista falecido verificou-se com o processo de habilitação de herdeiras, desencadeado pela autora com procuração da sua mãe, em 10.07.2013.

Naquela data já tinha decorrido mais de 17 anos após a morte do aforrista. Não é juridicamente relevante que os herdeiros aleguem ter para que a prescrição seja decretada, nada obstando a que seja decretada a prescrição dos CA do aforrista falecido.

Deduziu pedido reconvenicional, invocando que à data da solicitação do reembolso dos certificados, em virtude do seu casamento com o de cujus e do direito à meação. Nesta conformidade, a ré ordenou o crédito na conta e NIB que lhe foi apresentado da quantia de € 120.669,32, correspondente a metade do valor dos CA àquela data, excluindo os emolumentos devidos.

Tal actuação foi incorrecta, porquanto os pais da autora eram casados sob o regime da separação de bens e neste regime não existe direito à meação dos CA

O erro dos serviços apenas agora foi detectado, motivo pelo qual a autora peticiona a restituição da quantia que foi indevidamente paga pela ré.

Terminou peticionando que o tribunal declare a nulidade do acto praticado pela ré, com base em erro e que a autora seja condenada a restituir à ré a quantia de € 120.669,32.

Caso assim não se entenda, deve o tribunal anular o acto nos termos do artº 287º do Código Civil e condenar a autora a restituir o montante referido.

A autora replicou, sustentando a ilegitimidade da ré enquanto reconvinte, porquanto o valor a ser eventualmente devolvido não o será à ré mas ao Fundo de Regularização da Dívida Pública. Invocou ainda a ilegitimidade da autora enquanto reconvinda. Alegou que, mesmo que a posição da ré, reconvinte, procedesse, a mesma apenas poderia peticionar a anulabilidade do negócio e nunca a sua nulidade. A anulabilidade só pode ser arguida dentro do ano subsequente à cessação do vício que lhe serve de fundamento.

O erro alegadamente invocado pela ré terá ocorrido em 13.09.2013 e nessa data a mesma já se encontrava na posse de documentação da qual consta o regime de casamento dos pais da autora, pelo que a ré teria, quando muito, até 30.08.2014 para peticionar a anulabilidade do negócio, encontrando-se esgotado o prazo legal. A ré reconvinte actua em abuso de direito na

modalidade de *venire contra factum proprium*.

Concluiu pela sua absolvição da instância relativamente ao pedido reconvenicional, ou caso assim não se entenda, pela absolvição do pedido.

A autora replicou às exceções deduzidas na réplica.

No despacho saneador foi julgada improcedente a exceção de ilegitimidade.

Por sentença proferida em 06.06.2019, foi julgada a acção procedente e, em conformidade, reconheceu que a titularidade dos certificados de aforro de que foi titular o falecido BB se transmitiu mortis causa para a autora sua herdeira, juntamente com a sua mãe e única herdeira desta entretanto falecida. Condenou a ré a pagar à autora a quantia de €120.669,32 e julgou a reconvenção improcedente absolvendo a autora do pedido reconvenicional.

A ré recorreu e a Relação, por acórdão de 19.12.2019, julgou improcedente a apelação e confirmou a sentença recorrida.

A ré interpôs recurso de revista excepcional, alegadamente “nos termos do nº 1 do artigo 672º do Código de Processo Civil”, tendo formulado as seguintes *CONCLUSÕES*:

ii. Independentemente do alegado desconhecimento dos herdeiros, o início do prazo de prescrição aplicável aos certificados de aforro da série B conta-se desde a morte do aforrista, conforme resulta do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 172-B/ 86, de 30 de junho e só se suspende ou interrompe uma vez verificada alguma das causas taxativas previstas na lei civil.

ii. Subsidiariamente ao artigo 7º do Decreto-Lei nº 172-B/ 86, de 30 de Junho, aplica-se o previsto no artigo 14º da Lei n.º 7/98, de 3 de Fevereiro e, subsidiariamente a este preceito, os artigos relativos à suspensão e interrupção da prescrição previstos na lei civil – artigos 318.º a 327.º do Código Civil.

iii. Caso se entenda que de alguma forma o artigo 306º da lei civil se aplica aos produtos de aforro, determinar que a expressão “... *quando o direito puder ser exercido* ...” se refere objetivamente à morte do aforrista como factor determinante para o direito poder ser exercido e para o início da contagem do prazo de prescrição.

iv. O registo de produtos aforro existe desde a sua criação em 1960, uma vez que os certificados de aforro têm natureza escritural e nominativa e a disponibilização da informação relativa à conta aforro dos aforristas falecidos constante desse registo de produtos de aforro sempre esteve disponível para os herdeiros, mesmo antes da publicação do Decreto-Lei n.º 47/2008, de 13 de Junho.

Termina, pedindo que seja admitido o presente recurso de revista excepcional, nos termos do nº 1 do artº 672º do CPC.

Caso assim não se entenda, deve ser admitido o presente recurso de revista nos termos gerais, conforme dispõe o nº 5 do artº 672º do CPC e, em qualquer dos casos, decretar procedente a exceção peremptória de prescrição do direito da autora e, conseqüentemente, revogar o acórdão recorrido.

A autora contra-alegou, pedindo que seja julgada improcedente a revista excepcional e pugnando pela manutenção do acórdão recorrido.

A Formação a que se refere o artigo 672º nº 3 do Código de Processo Civil, por acórdão de 15.09.2020, admitiu a revista excepcional.

Colhidos os vistos, cumpre decidir.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A) Fundamentação de facto

Mostra-se assente a seguinte matéria de facto:

1º- A autora é a única filha de BB e de CC, falecido o primeiro em 27/10/1996, no estado de casado com a segunda, em primeiras núpcias de ambos, no regime de separação de bens e falecida esta em 2/5/2015.

2º - O referido BB deixou como únicos herdeiros a sua mulher e a ora autora.

3º - A referida CC deixou como única herdeira a ora autora.

4º- Nenhuma das referidas heranças abertas por aqueles óbitos foi partilhada.

5º - BB foi titular de Certificados de Aforro (CA), designados da série B, sendo que, à data do seu óbito, os valores da sua conta aforro correspondiam a 36.000 unidades, respeitantes a 5 CA da série B, com o valor de € 130.588,48.

6º - Após o óbito daquele, não foram registados resgates na sua conta aforro.

7º- A ré procedeu à imobilização da conta aforro em questão em 5/6/2012 e, na mesma data, transferiu o valor de € 235.674,80 da mencionada conta para o Fundo de Regularização da Dívida Pública (FRDP).

8º- Em 10/7/2013, a autora desencadeou o pedido de reembolso dos CA do seu pai, com procuração de sua mãe, mediante apresentação à ré do documento a que se refere fls. 41 verso e 42.

9º - Essa reclamação foi acompanhada de cópia da escritura de habilitação de herdeiros referente ao seu pai, onde consta o seu estado civil à data do falecimento e o regime de bens do casamento.

10º- Esse pedido mereceu a resposta da ré à referida CC, datada de 19/9/2013, a que se refere a cópia de fls. 46 verso., sendo de salientar, do seu teor, o seguinte: *“(...) habilitação essa que se encontra fora do prazo estabelecido legalmente para o efeito – cinco anos após o óbito do seu titular. Assim sendo, o Conselho de Administração desta Instituição, em reunião de 30 do mês findo, deliberou considerar metade das unidades dos certificados em causa como prescritos nos termos da lei (...) reconheceu o direito à meação da parte que lhe corresponde. Mais informamos que em 13 do corrente foi ordenado o crédito na conta em seu nome, com o NIB (...) do montante de € 120.669,32, relativo ao assunto acima referenciado”.*

11º - Em 13/9/2013, a ré ordenou o crédito na conta bancária indicada para o efeito pela autora, da quantia de € 120.669,32, correspondente a metade do valor dos CA titulados pelo referido BB, excluindo os emolumentos devidos, tendo sido a outra metade transferida para o FRDP.

12º- Os certificados de aforro referidos em 5º encontravam-se depositados num cofre existente na Caixa Económica Montepio Geral, de que a mãe da autora era titular.

13º- A autora teve conhecimento da existência dos certificados de aforro referidos em 5º em Junho de 2013.

14º- A mãe da autora padecia da doença de Alzheimer que, a partir de 2007, a incapacitava de proceder à reclamação dos certificados de aforro titulados pelo referido BB e de dar conhecimento à autora da existência dos mesmos.

15º- O reembolso efectuado pela ré a favor da referida CC nos termos referidos em 11º ficou a dever-se a erro dos serviços, quanto ao regime de casamento dos pais da autora.

16º - A ré apercebeu-se do erro referido em 15º em Junho de 2016.

Factos Não Provados

- Não resultaram provados quaisquer outros factos com relevo para a decisão dos autos, não tendo ficado demonstrado que: a) à data do óbito de BB, pai da A., a mãe desta se encontrasse incapacitada de proceder à reclamação dos certificados de aforro titulados por aquele e de dar conhecimento à autora da existência dos mesmos.

B) Fundamentação de direito

A questão jurídica que nos compete apreciar, à luz das conclusões da minuta recursória da ré consiste em saber se, independentemente do alegado desconhecimento dos herdeiros, o início do prazo de prescrição aplicável aos certificados de aforro da série B conta-se desde a morte do aforrista, conforme resulta do disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 172-B/ 86, de 30 de Junho e só se suspende ou interrompe uma vez verificada alguma das causas taxativas previstas na lei civil. Ou se, pelo contrário, o prazo da prescrição apenas começa a correr a partir do momento em que o herdeiro do primitivo titular dos certificados de aforro teve conhecimento da sua existência.

Cumpra decidir.

Tanto o acórdão recorrido como a sentença da 1ª instância decidiram com a mesma fundamentação, ou seja, ambos consideraram – contrariamente à tese da ré - que o direito da autora, única herdeira, ao reembolso da quantia peticionada e discriminada nos certificados de aforro, prescreve a contar da data em que a mesma teve conhecimento da existência dos certificados de aforro e não da data em que ocorreu a morte do aforrista, pai da autora.

No acórdão em que admitiu a revista excepcional, a Formação a que se refere o artigo 672º nº 3 do Código de Processo Civil citou vários acórdãos deste Supremo Tribunal, do STA e das Relações que, sem discrepâncias, têm entendido que “ à determinação do termo inicial do prazo de prescrição do direito de pedir o reembolso ou transmissão dos certificados de aforro de que era titular o de cujus não basta o facto (neutro) morte deste, exigindo-se também a aquisição pelos herdeiros do conhecimento da existência de tais certificados de aforro”.

Em sentido oposto, refere a Formação que só detectou o acórdão fundamento invocado pela recorrente, que é o da Relação de Lisboa de 05.05.2005 (Cfr fls 284 e 285 e junto a fls 245 a 249), assim sumariado^[1]:

“I - O direito dos herdeiros do aforrista de requererem a transmissão dos certificados de aforro integradores da herança daquele pode ser exercido, como decorre da lei, a partir da morte do mesmo aforrista. Isto porque o direito se constitui com o facto do decesso do aforrista, podendo a partir desse momento ser exercido.

II - O facto de os herdeiros, por circunstâncias alheias à sua vontade, apenas tomarem conhecimento da existência dos certificados de aforro mais de cinco anos volvidos sobre a morte do aforrista, não integra uma situação que suspenda ou interrompa a prescrição.

III - A prescrição em causa só não se teria verificado, se se tivesse suspenso ou interrompido nas situações previstas nos artigos 318º a 327º do CC, que têm de ser entendidas como taxativas e que no caso se não verificam, designadamente por não estamos em face de um caso de força maior”.

Rememorando os factos essenciais:

- A autora é a única filha de BB e de CC, falecido o primeiro em 27/10/1996, no estado de casado com a segunda, em primeiras núpcias de ambos, no regime de separação de bens e falecida esta em 2/5/2015.
- Os referidos BB e esposa CC deixaram como únicos herdeiros e a ora autora.
- BB foi titular de Certificados de Aforro (CA), designados da série B, sendo que, à data do seu óbito, os valores da sua conta aforro correspondiam a 36.000 unidades, respeitantes a 5 CA da série B, com o valor de € 130.588,48.
- A autora teve conhecimento da existência dos certificados de aforro em Junho de 2013 e, em 10/07/2013 desencadeou o pedido de reembolso dos CA do seu pai, com procuração de sua mãe, mediante apresentação à ré do documento a que se refere fls. 41 verso e 42.

Por conseguinte, mal teve conhecimento da existência dos certificados de aforro (Junho de 2013) desencadeou logo o pedido de reembolso dos CA do seu pai (10/07/2013).

À data do óbito do pai da autora estava em vigor o Decreto-Lei nº 172-B/86, de 30 de Junho.

No seu artigo 1º foi autorizada a emissão de uma nova série de certificados de aforro, denominada «série B», cuja administração ficou a cargo da Junta do Crédito Público.

Antes das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio e Decreto-Lei n.º 47/2008, de 13 de Março, o seu artigo 7º prescrevia o seguinte:

“1 - Por morte do titular de um certificado de aforro, poderão os herdeiros requerer, dentro do prazo de cinco anos, a transmissão da totalidade das unidades que o constituem, efetivada pela emissão de novos certificados, que manterão a data da emissão dos que lhes deram origem, ou o respectivo reembolso, pelo valor que o certificado tiver à data em que o reembolso for autorizado.

2 - Findo o prazo a que se refere o número anterior, consideram-se prescritos a favor do Fundo de Regularização da Dívida Pública os valores de reembolso dos respectivos certificados, sendo, no entanto, aplicáveis as demais disposições em vigor relativas à prescrição”.

O nº 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 172-B/86, de 30 de Junho, por força da alteração introduzida pelo artigo 12º do Dec-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio passou a ter a seguinte redacção:

“1 - Por morte do titular de um certificado de aforro, poderão os herdeiros requerer, dentro do prazo de 10 anos, a transmissão da totalidade das unidades que o constituem, efectivada pela emissão de novos certificados, que manterão a data da emissão dos que lhes deram origem, ou o respectivo reembolso, pelo valor que o certificado tiver à data em que o reembolso for autorizado”.

Foi, assim, alargado o prazo de cinco para dez anos, porque o legislador se apercebeu de que eram desajustadas as soluções existentes e de que se tornava necessário reformular o regime então em vigor.

O acórdão do Tribunal Constitucional de 15.07.2004^[2] decidiu julgar inconstitucional a norma do artigo 7º do Decreto-Lei nº 172-B/86, de 30 de Junho, por violação dos artigos 13º e 62º da Constituição.

O Tribunal Constitucional considerou, no essencial, que os certificados de aforro conferem direitos patrimoniais aos respectivos titulares, consubstanciando a aplicação de “poupança(s) das famílias” integrados no quadro de emissão e gestão da dívida pública, mas não evidenciam, por esse facto, qualquer especificidade relativamente aos demais bens que constituem o património dos sujeitos no que se refere ao aspecto do regime agora em questão, isto é, à transmissão de tais bens por morte do respectivo titular. Assim, não se divisa nenhuma razão, decorrente da natureza dos certificados de aforro, que legitime o diferente tratamento relativamente ao prazo geral de caducidade do direito de aceitar a herança, prazo esse que é de 10 anos,

contados desde que o sucessível tem conhecimento de haver sido a ela chamado - nº 1 do artº 2059º do Código Civil.

Mas, afinal, o que são certificados de aforro?

Não obstante o seu conceito jurídico ter sido estabelecido recentemente pelo diploma legal supra citado de 2002, a verdade é que os primeiros certificados de aforro datam de 1960, tendo sido criados - a Série A - ainda na vigência do regime anterior ao 25 de Abril, pelo Decreto-Lei nº 43453, de 30 de Dezembro de 1960.

E presidiu ao desígnio de estimular a formação da poupança privada e de assegurar, de acordo com os objectivos então plasmados pelo Ministério das Finanças, “a mais ampla participação no financiamento do desenvolvimento económico nacional”.

Finalidade prosseguida pela reforma levada a cabo em 1986, já em plena democracia, com a publicação do Decreto-Lei nº 172-B/86, de 30 de Junho, que criou a Série B dos certificados de aforro, mas onde o estímulo à poupança já aparece referenciado como constituindo “um dos objectivos fundamentais da política económica e financeira do Governo”.

São, em síntese, instrumentos de dívida criados com o propósito de captar a poupança das famílias, tendo como característica principal a de serem distribuídos ou colocados directamente junto dos aforradores com montantes mínimos de subscrição reduzidos.

Distinguem-se pela particularidade de estarem circunscritos unicamente às pessoas singulares, só podendo ser emitidos a favor de particulares, não sendo transmissíveis excepto em caso de falecimento do seu titular.

Especificidade que perpassa por toda a legislação desde a sua criação e se mantém incólume nos Decretos-Lei nº 172-B/86, de 30 de Junho e Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio, não obstante a reforma introduzida por este último diploma no quadro de emissão e gestão da dívida pública e dos seus instrumentos financeiros, com a criação de produtos financeiros alternativos mais flexíveis e ajustados ao actual contexto de funcionamento dos mercados, culminando com a criação de novas séries de certificados de aforro, cujas condições de subscrição e movimentação passaram a ser feitas por portaria do Ministério das Finanças.

Qual é, então, a data para o início do prazo de prescrição?

O prazo de prescrição conta-se, como defende a recorrente, a partir da data da morte do titular dos certificados de aforro? Ou a partir da data do conhecimento da existência desses certificados por parte da recorrida?

Desde já propendemos para a tese colocada em segundo lugar.

Em nosso entender, a herança manteve-se jacente até ao momento em que a autora a aceitou, o que sucedeu em 10.07.2013, data em que outorgou na escritura de habilitação de herdeiros – Cfr facto provado nº 9º e doc. de fls 41 vº a 42 vº.

Por outro lado, o direito de aceitação da sucessão não caducou, face ao que se dispõe no artº 2059º nº 1 do C. Civil, contando-se o prazo de 10 anos a que alude esta disposição legal a partir do momento em que o sucessível conhece a existência de relações jurídicas patrimoniais constitutivas da herança aberta por morte, ou seja, a partir do momento em que a autora teve conhecimento da existência dos certificados de aforro, o que aconteceu em 05.06.2013.

Donde o artigo 7º do DL nº 172-B/86 tem de ser interpretado restritivamente, no sentido de que o legislador tão-só quis determinar que, após a concretização do direito de exigir a partilha, o herdeiro ou o cônjuge meeiro tem o direito de averbar a sua propriedade nos certificados de aforro (art. 2101.º do C. Civil).»

A própria jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça assim o tem entendido sem discordâncias.

O acórdão de 08.11.2005^[3] decidiu que *“dispondo o artº 7 do Dec-Lei 172-B/86, de 30.06 que, por morte do titular de um certificado de aforro, poderão os herdeiros requerer, dentro do prazo de cinco anos, a transmissão da totalidade das unidades que o constituem ... (nº1) e que findo o prazo a que se refere o número anterior, consideram-se prescritos a favor do Fundo de Regularização da Dívida Pública os valores de reembolso dos respectivos certificados, sendo, no entanto, aplicáveis as demais disposições em vigor relativas à prescrição (nº 2), a contagem do prazo prescricional só se inicia com o conhecimento da morte do titular (facto neutro) e de que ele era titular*

de certificados de aforro”.

Em caso idêntico ao dos presentes autos, mas estando em causa o prazo de 10 anos contido na redação do citado nº1 do artigo 7º), introduzida pelo artigo 12º do Dec-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio, decidiu o STJ no seu acórdão de 08.01.2019^[4] que:

“- A prescrição assenta no desvalor da inércia do titular de um direito no seu exercício e implica a afetação da sua eficácia; porém, o curso do prazo de prescrição apenas se pode iniciar quando o titular do direito esteja em condições de o exercer.

- O prazo de 10 anos a que aludia o n.º 1 do art. 7.º do DL n.º 122/2003, de 04-05, inicia o seu decurso no momento em que o herdeiro teve conhecimento do decesso do titular dos certificados de aforro e da existência destes, porquanto só então aquele está em condições de exercer o direito ali previsto.

- Demonstrando-se que a recorrida apenas teve conhecimento de que a sua falecida mãe era titular de certificados de aforro em 01-05-2015 e que, em 11-06-2015, requereu ao recorrente o seu reembolso, é de concluir pela improcedência da exceção perentória da prescrição, tanto mais que inexistia, à data do óbito, o Registo Central de Certificados de Aforro e que, em todo o caso, não impende sobre o cabeça de casal o dever de indagar, junto do IGCP, sobre a titularidade de certificados de aforro”.

O Supremo Tribunal Administrativo, no seu acórdão de 01.10.2015^[5] encontra-se assim sumariado:

“I - O prazo de prescrição a que alude o art. 7º do DL 172-B/86 de 30/6, na redação que lhe foi dada pelo DL 122/2002 de 4/5, deve contar-se de acordo com o art. 306º do CC o qual pressupõe o conhecimento dos pressupostos do direito ou, pelo menos a possibilidade fática de os conhecer.

II - A questão de determinar o termo inicial de contagem do prazo de prescrição implica a ponderação da factualidade provada, mediante recurso a regras da vida e da experiência comum, de modo a poder ser formulado um juízo sobre o momento em que o concreto lesado teve ou poderia ter tido conhecimento do direito que lhe compete”.

Recuperadas aqui algumas orientações a este respeito recolhidas na jurisprudência, no caso dos autos ficou demonstrado que, não obstante o seu pai ter falecido em 1996, a autora, herdeira do mesmo juntamente com a sua mãe, entretanto falecida e da qual a autora é a única herdeira, apenas teve conhecimento da existência dos certificados em Junho de 2013 - Facto provado nº 13 -, pelo que, considerando o que fica referido e contrariamente ao invocado pela recorrente, não prescreveu o direito da mesma ao reembolso da quantia peticionada.

Finalmente, no caso dos autos, nunca poderia invocar-se a existência da base de dados de registo de certificados de aforro criada pelo DL nº 47/2008, de 13 de Março para fundamentar a alegada prescrição do direito da autora a requerer o reembolso dos certificados de aforro de que o seu falecido pai era titular.

Efectivamente, o DL nº 47/2008, no seu artigo 4º aditou ao Decreto-Lei nº 122/2002, de 4 de Maio o artigo 9º-A com a seguinte redacção:

“Artigo 9.º-A

Registo central de certificados de aforro

1 - É criado o registo central de certificados de aforro, com a natureza de registo electrónico, que tem por finalidade possibilitar a obtenção de informação sobre a existência de certificados de aforro e sobre a identificação do respectivo titular.

2 - O IGCP é a entidade responsável pela criação, manutenção e actualização do registo central.

3 - A definição dos elementos que devem constar do registo central bem como o tratamento a dar aos dados pessoais recolhidos são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, com observância do disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

4 - Sem prejuízo do direito de acesso pelo titular do certificado de aforro, o acesso por terceiro ao registo central só pode efectuar-se através de pedido devidamente fundamentado e documentado, em caso de morte ou de declaração de morte presumida do referido titular, comprovada mediante

apresentação da correspondente certidão de óbito.

5 - A informação sobre o titular só pode ser dada ao próprio, aos respectivos herdeiros, de acordo com o disposto no número anterior, ou aos seus representantes legais tratando-se de menores ou de outras pessoas incapazes nos termos da lei.

6 - Os serviços e entidades que celebrem actos de partilha ou de adjudicação de bens adquiridos por sucessão devem aceder, por meios informáticos e nos termos que venham a ser regulamentados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, ao registo central de certificados de aforro, devendo fazer menção do resultado da referida consulta no acto público celebrado”.

Na verdade, aquando do óbito do aforrista pai da autora/recorrida em 27.10.1996 (Facto provado nº 1) - tal base não fora sequer ainda criada, já que - como acabámos de expor -, o registo central electrónico só surgiu com o Decreto-Lei n.º 47/2008, e com elementos a aprovar por Portaria (cfr. o nº 3 do artigo 9º-A do Decreto-Lei n.º 122/2002, aditado pelo referido DL nº 47/2008). Daí que a autora/eecorrida não tivesse sequer, até 2008, acesso à existência, localização e titularidade dos investimentos financeiros do titular falecido, não podendo, conseqüentemente, iniciar-se o prazo de prescrição antes dessa data, nos termos do citado artigo 306º, nº 1, do Código Civil.

Tal prazo de prescrição iniciou-se, como já dissemos a partir de 10.07.2013, data da escritura de habilitação e do pedido de reembolso dos CA do seu pai (Factos provados nºs 8º e 9º).

Terminando, para concluir, diremos que, de acordo com os factos provados, designadamente com os nºs 8º, 9º e 13º, a autora exercitou o seu direito ao levantamento dos certificados de aforro pouco tempo após ter conhecido que era titular do mesmo.

Assim, estamos de pleno acordo com a orientação perfilhada na sentença da primeira instância e no acórdão recorrido, pelo que bem decidiram as instância em considerar improcedente a excepção da prescrição.

SUMÁRIO

- Nos termos do artº 3º/1 do DL 172-B/86, de 30 de Junho, diploma que autoriza a emissão de certificados de aforro, diz que estes certificados são nominativos, reembolsáveis, só transmissíveis por morte e assentados apenas a pessoas singulares.
- O termo inicial do prazo para a extinção de direitos consagrada no n.º 2 do art. 7.º do Decreto-Lei n.º 172-B/86, de 30 de Junho dependia do conhecimento do óbito e da existência dos certificados de aforro.
- Tendo a autora tido conhecimento da existência dos certificados de aforro em Junho de 2013, tendo elaborada a escritura de habilitação de herdeiros referente ao seu pai em 10.07.2013 e nesta mesma data desencadeado o pedido de reembolso dos certificados de aforro do seu pai, tendo a acção dado entrada em 12.10.2016, não ocorreu a prescrição do direito da autora.

III - DECISÃO

Atento o exposto, nega-se provimento à revista e confirma-se o acórdão recorrido.

Custas pela recorrente.

Lisboa, 29.10.2020

Ilídio Sacarrão Martins (Relator)

Nuno Manuel Pinto Oliveira

Ferreira Lopes

[1] Procº nº 3850/2005-6, in www.dgsi.pt/jtrl

[2] Acórdão nº 541/2004 proferido no procº nº 786/2003, in <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20040541.html>

[3] Procº nº 05A3169, in www.dgsi.pt/jstj

[4] Procº nº 25635/15.3T8LSB.L1.S1, in www.dgsi.pt/jstj

[5] Procº nº 0619/15, in www.dgsi.pt/jsta